

Relatório de Monitoramento de Proteção

ACNUR Brasil

Agosto 2021

I. Introdução e Contexto

Em 2018, o ACNUR, a Agência da ONU para os Refugiados, criou uma ferramenta regional para monitorar as necessidades de proteção e a situação de pessoas forçadas a deixar seus países, com foco inicial na situação da Venezuela. O Monitoramento de Proteção é um processo fundamental da resposta do ACNUR e envolve a verificação e análise sistemática da violação de direitos e das necessidades de proteção das pessoas de interesse durante um período prolongado. Antes da deflagração da pandemia do coronavírus (COVID-19), o ACNUR Brasil e parceiros conduziam entrevistas presenciais com pessoas de interesse, com foco geográfico no estado de Roraima.

O contexto atual da COVID-19 e as medidas adotadas pelos Estados em resposta à pandemia exigiram que o ACNUR e seus parceiros adaptassem sua metodologia de coleta de dados. O presente relatório cobre os resultados da terceira e da quarta rodada de coleta de dados a ser repetida trimestralmente ao longo de 2021. A coleta de dados foi realizada em todo o país durante as duas primeiras semanas de agosto de 2021.

II. Metodologia

A terceira rodada da coleta de dados de monitoramento de proteção de 2021 do ACNUR incluiu duas modalidades: (i) um questionário autoaplicável acessado pelos solicitantes de reconhecimento da condição de refugiado, refugiados e migrantes por meio dos canais online (o ACNUR e seus parceiros divulgaram links para o questionário online por meio dos canais de comunicação existentes¹, os entrevistados enviaram suas respostas por celular ou outros aparelhos eletrônicos), e (ii) entrevistas remotas, bem como algumas entrevistas presenciais especificamente no estado de Roraima.

A amostragem desse exercício seguiu a metodologia por conveniência/não-probabilística, ou seja, a amostra foi selecionada com base no acesso à população, considerando que os entrevistados provavelmente já teriam tido contato prévio com o ACNUR e/ou seus parceiros e/ou acesso a telefones celulares ou dispositivos eletrônicos com conexão à internet.

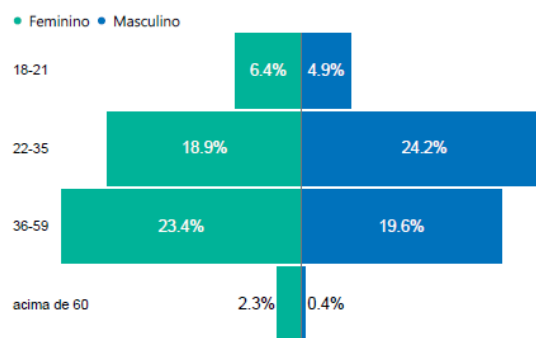
Portanto, os resultados abaixo não são estatisticamente representativos e não podem ser extrapolados para a população como um todo. 114 respostas foram obtidas pelo questionário autoaplicável e 316 por meio de entrevistas presenciais/remotas, totalizando 430 respostas.

¹ A divulgação incluiu os canais existentes e confiáveis de informação e comunicação com pessoas de interesse, como a [Plataforma de Ajuda](#) do ACNUR, redes sociais, grupos de WhatsApp e redes comunitárias.



- **430** questionários / **1.585** indivíduos
- **8** nacionalidades distintas
- Residindo em **13** estados brasileiros

Chefe de família²:



III. Informações demográficas

- **Tamanho médio das famílias:** 3.68 membros
- **Chefes de família:** 51% das pessoas que se identificaram como chefes de família são mulheres.
- **Filhos:** Quase 68% das famílias têm pelo menos um filho.
- **LGBTIQ+:** 11% das pessoas que responderam à pergunta sobre orientação sexual e identidade de gênero se identificaram como membros da comunidade LGBTIQ+.
- **Nacionalidade:** 98% da população pesquisada são refugiados e migrantes venezuelanos. O restante dos entrevistados é da Colômbia, Haiti, Cuba, Iraque, Síria, Nigéria e Índia.
- **Etnia:** 35% dos entrevistados se identificaram como pardos (duas ou mais raças/bi-racial); 30% se identificaram como indígenas ou nativos (o aumento em indígenas entrevistados é devido ao foco em alguns abrigos indígenas em Roraima, como o abrigo Janokoida); 11% se identificaram como brancos; 8% se identificaram como negros ou afrodescendentes e 9% responderam não ter certeza sobre sua etnia.
- **Chegada ao país:** 35% dos entrevistados chegaram ao Brasil nos últimos 6 meses; 30% chegaram há entre 6 meses e 2 anos; e 35% chegaram há mais de 2 anos.

IV. Destaques

- **Um número significativo de entrevistados (52%) se identificou com uma ou mais necessidades específicas de proteção.** Para efeito de comparação, cerca de 30% das pessoas de interesse registradas com o ACNUR no Brasil³ indicaram ter ao menos uma necessidade específica de proteção.
- **59% afirmaram que enfrentariam riscos caso retornassem ao seu país de origem.** Como nas rodadas anteriores, os entrevistados, dos quais 98% eram venezuelanos, identificaram como principais riscos falta de alimentos, falta de acesso a serviços médicos, desemprego e insegurança.

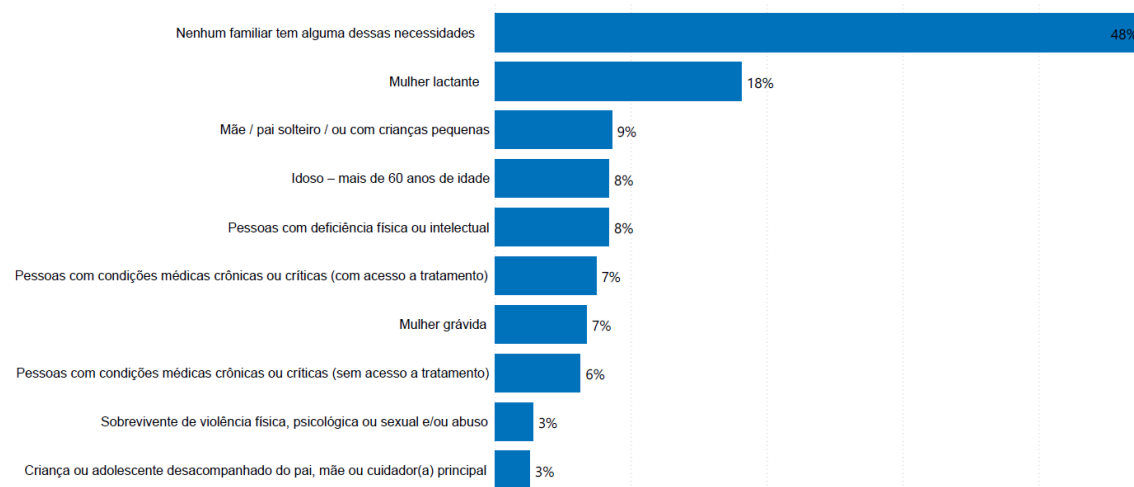
² Pirâmide idade/sexo – 430 questionários, dos quais 237 chefes de família identificaram sua idade e sexo.

³ Fonte: proGres V4.

- **16% não possuem documentação legal no Brasil**, o que, na prática, pode limitar seu acesso a direitos e serviços, incluindo cuidados médicos não urgentes, emprego formal e educação. Em comparação com as respostas da segunda rodada, que foi realizada no final de julho, esse número diminuiu de 23% para 16%. Isso pode ser explicado pela Portaria 6554, de 23 de junho de 2021, que permite que venezuelanos e pessoas afetadas pela situação na Venezuela entrem no Brasil por terra através de qualquer ponto de fronteira. A Portaria também permite o acesso a autorizações de residência migratória ou refúgio para venezuelanos e pessoas afetadas pela situação na Venezuela que entraram no Brasil de forma irregular durante a pandemia, ou seja, a partir de 18 de março de 2020.
- **Mais da metade dos(as) chefes de família que entraram no Brasil nos últimos 6 meses estão desempregados(as)** (56% de 273 grupos familiares), considerando que o impacto socioeconômico da COVID-19 continua a apresentar desafios para a obtenção de emprego formal no Brasil.
- **A maioria das famílias entrevistadas indicaram que seus filhos estão matriculados na escola (60%), no entanto, 39% não dispõem dos recursos necessários para acessar o ensino remoto** durante a pandemia da COVID-19.
- **49% dos entrevistados têm acesso a benefícios de assistência social que consistem principalmente em assistência governamental** (Ex.: Bolsa Família e o Auxílio Emergencial).

V. Necessidades de Proteção Específicas

Mais de metade das famílias entrevistadas (aprox. 52%) se identificaram com **pelo menos uma necessidade específica de proteção**, incluindo mulheres grávidas ou lactantes, famílias monoparentais, pessoas idosas em risco e pessoas com deficiência física ou mental.



O acesso ao território e a proteção contra a rejeição são considerações de proteção fundamentais para refugiados e outras pessoas que necessitam de proteção internacional.

59% dos entrevistados concordam ou concordam fortemente que **seus familiares estariam em risco caso retornassem ao seu local de residência inicial ou país de origem**.

Além disso, durante a terceira rodada, o questionário de monitoramento de proteção perguntou aos venezuelanos sobre as razões ou fatores que contribuíram para sua saída da Venezuela. As respostas mais comuns foram falta de oportunidades de subsistência e falta de acesso a alimentos, ambas com 28%, e falta de acesso a serviços médicos (24%).

A. Entrada no país

66% dos entrevistados afirmaram ter entrado no país de forma regular ou legal e registrado sua entrada com as autoridades brasileiras de imigração. Desde março de 2020, com o

⁴ Disponível em: <https://in.gov.br/en/web/dou/-/portaria-n-655-de-23-de-junho-de-2021-327674155>.

fechamento da fronteira Brasil-Venezuela, as entradas irregulares no Brasil por meio de passagens de fronteira informais, principalmente através de Pacaraima, no estado de Roraima, região Norte, aumentaram. No entanto, a Portaria 655, de 23 de junho de 2021, agora permite que venezuelanos e pessoas afetadas pela situação na Venezuela entrem no Brasil por terra ou ar e através de qualquer ponto de fronteira. A Portaria também permite o acesso a autorizações de residência migratória ou solicitação de reconhecimento da condição de refugiado para venezuelanos e pessoas afetadas pela situação na Venezuela que entraram no Brasil de forma irregular durante a pandemia, ou seja, a partir de 18 de março de 2020.

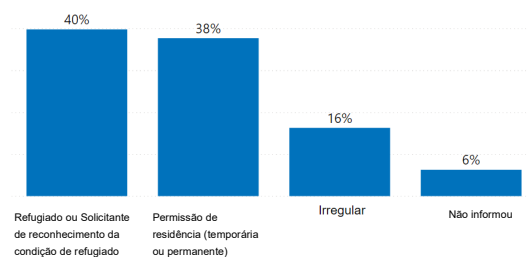
Embora **86% dos entrevistados tenham indicado não ter tido quaisquer incidentes negativos com as autoridades do país** (Ex.: recusa de entrada, deportação ou retorno forçado), os resultados revelam que os entrevistados passaram por problemas de segurança desde que deixaram suas casas.

14% dos entrevistados indicaram que eles ou os membros de suas famílias já sofreram ou testemunharam incidentes de proteção, principalmente roubo, ameaças físicas ou suborno. Este número é inferior quando comparado com os dados coletados na primeira e segunda rodadas de monitoramento de proteção do ACNUR, nos meses de janeiro-fevereiro e abril de 2021. Uma explicação pode ser o alcance da metodologia de coleta de dados aplicada na terceira fase. Tanto o questionário online através da modalidade autoaplicável como os canais remotos favorecem indivíduos que têm acesso a dispositivos eletrônicos e conexão à internet e, portanto, têm melhores condições socioeconômicas se comparados aos recém-chegados que foram entrevistados pelo processo de registro do ACNUR em exercícios de monitoramento de proteção anteriores, como a segunda rodada, em abril de 2021.

Além disso, **48% das pessoas entrevistadas mencionaram ter pelo menos um dependente ou familiar que permaneceu no país de origem** ou residência habitual, ou que está em trânsito. Em comparação com a segunda rodada, este número diminuiu de 66% para 48%. Isso pode ser explicado pela Portaria 655 e pelas recentes permissões para a entrada por terra de venezuelanos e pessoas afetadas pela situação na Venezuela.

B. Condição jurídica

16% dos entrevistados são indivíduos que entraram no Brasil de forma irregular e/ou não têm condição legal atualmente. Essa porcentagem é inferior à das outras pesquisas de monitoramento de proteção realizadas pelo ACNUR e seus parceiros, incluindo o relatório de monitoramento de



proteção de janeiro-fevereiro e de abril de 2021. Com a Portaria 655, o Brasil passou a emitir documentação migratória para os venezuelanos e pessoas afetadas pela situação na Venezuela que entraram no país irregularmente depois de março de 2020.

C. Refúgio no Brasil

15% dos entrevistados indicaram a intenção de solicitar o reconhecimento da condição de refugiado, embora ainda não tenham feito isso, principalmente devido à pandemia (Ex.: dificuldades em marcar reuniões online) ou por falta de informação sobre o processo.

Um número significativo de entrevistados, cerca de 40%, indicou já ter solicitado o reconhecimento da condição de refugiado, e que a decisão está pendente. No entanto, 27% dos entrevistados afirmaram não ter qualquer intenção de solicitar o reconhecimento da condição de refugiado. Isso pode ser explicado pela falta de informação sobre as diferenças entre os procedimentos de refúgio e de residência temporária, já que ambos, em termos práticos, parecem oferecer um acesso semelhante a direitos e serviços públicos no país. Além disso, existe a percepção de que o protocolo de refúgio nem sempre é aceito pelos prestadores de serviços como documento de identificação válido. O Brasil está em transição para aplicar o Documento Provisório de Registro Nacional Migratório (DPRNM)⁵, em substituição do Protocolo de Refúgio. Outras limitações incluem o fato de que solicitantes de reconhecimento

⁵ Ver Decreto 9.277/2018, disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2015-2018/2018/Decreto/D9277.htm.

da condição de refugiado e refugiados precisam solicitar autorização para retornar à Venezuela, enquanto os residentes temporários não precisam fazê-lo.

VII. Acesso a direitos e serviços

A. Acesso à educação

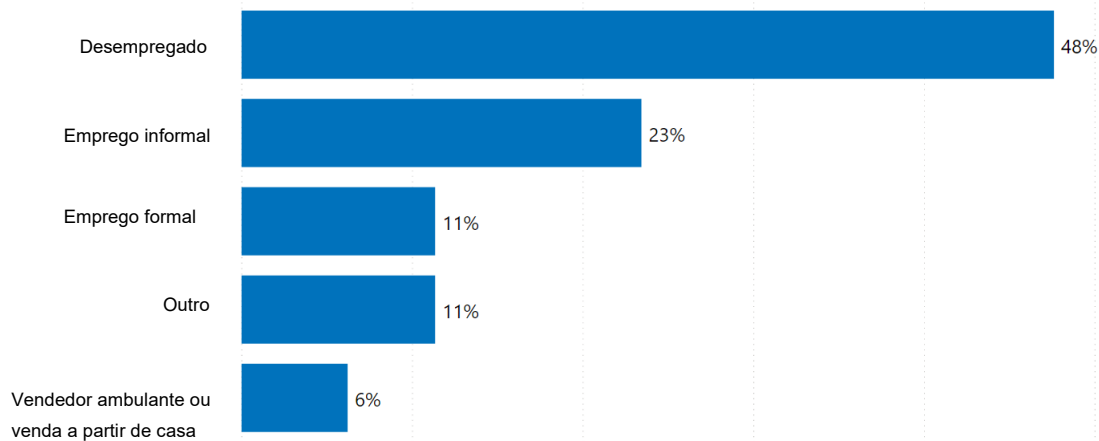
- 37% das famílias que têm filhos em idade escolar declararam ter pelo menos um filho **fora da escola** principalmente devido à **falta de documentação** ou outros **requisitos para matrícula na escola**, embora a pesquisa não permita que os entrevistados se aprofundem nesses desafios.
- Embora a maioria das famílias entrevistadas tenha seus filhos matriculados na escola (63%), **39% das famílias não têm os recursos e o acesso necessários para participar das atividades de ensino remoto durante a pandemia da COVID-19.**

O estudo "Integração de Venezuelanos Refugiados e Migrantes no Brasil" realizado pelo ACNUR e pelo Banco Mundial⁶ sugere que refugiados e migrantes venezuelanos costumam ser matriculados em séries mais baixas nas escolas brasileiras e são mais propensos a frequentar escolas superlotadas do que seus colegas brasileiros, sendo esses os principais obstáculos enfrentados para a integração escolar de crianças venezuelanas. Os resultados indicam que melhorias na capacidade escolar e o reconhecimento dos níveis educacionais e diplomas de cidadãos venezuelanos podem facilitar a integração na educação.

B. Emprego

Um total de 273 grupos familiares foi consultado sobre o tema emprego.

48% dos entrevistados responderam estar **desempregados**. Adicionalmente, cerca de um quinto dos respondentes estão envolvidas em atividades informais para garantir o sustento de suas famílias (23%) e 11% têm emprego formal.



Além disso, a taxa de desemprego dos entrevistados que chegaram ao Brasil nos últimos 6 meses aumentou para 56%.

Como foi o caso do exercício de monitoramento anterior, a situação empregatícia atual dos entrevistados é diferente de suas experiências nos países de origem. Apenas 25% dos entrevistados indicaram que estavam desempregados em seu país de origem, enquanto 26% mantinham emprego informal e 25% tinham emprego formal.

A análise do ACNUR e do Banco Mundial sugere que aos refugiados e migrantes venezuelanos são oferecidos empregos desvalorizados e são mais propensos a aceitar empregos inferiores e caracterizados por sua natureza temporária, salários mais baixos e horários de trabalho mais longos. A pesquisa descreve o perfil dos refugiados e migrantes venezuelanos empregados no setor formal como mais jovens, menos propensos a serem do sexo feminino ou brancos, e mais propensos a ter concluído o ensino médio que seus colegas

⁶ [Integração de Venezuelanos Refugiados e Migrantes no Brasil](#) (ACNUR/Banco Mundial)

brasileiros. O estudo conclui que ter programas mais fortes de ativação do mercado de trabalho que incluem intermediação de emprego e treinamento profissional e linguístico ajudaria a superar esses obstáculos.

C. Assistência social

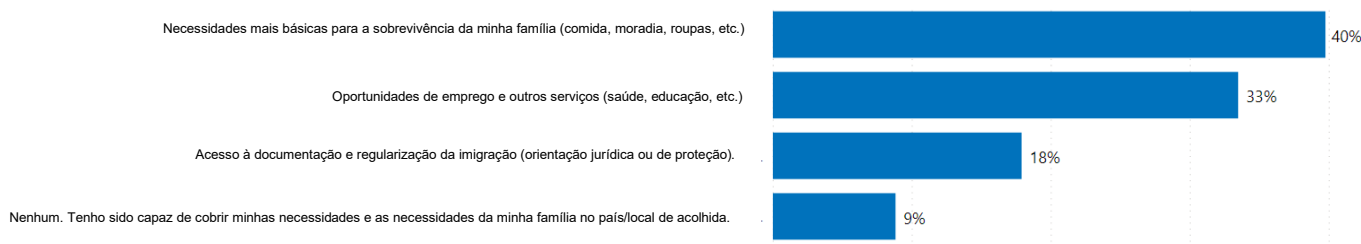
- 49% dos entrevistados indicaram **receber algum tipo de assistência social** (benefício em dinheiro).
- Para aqueles que indicaram receber assistência social do governo, 64% informaram estar recebendo assistência econômica através do programa de Auxílio Emergencial durante a COVID-19 e 40% informaram receber o benefício do programa nacional de assistência social Bolsa Família.

O Brasil está entre uma minoria de países que oferece acesso a programas de assistência social a não-nacionais, independentemente de sua condição jurídica. A análise dos dados⁷ mostra que os venezuelanos estão cada vez mais tendo acesso às principais redes de assistência social do Brasil. As taxas de participação das famílias venezuelanas no Bolsa Família são mais baixas se comparadas com a participação de brasileiros, mas vêm crescendo. A análise de dados também demonstra que os venezuelanos registrados no Cadastro Único (instrumento de coleta de dados e informações que visa identificar todas as famílias de baixa renda do país para inclusão em programas de assistência social e redistribuição de renda) são mais pobres, mas têm maior nível educacional do que os brasileiros registrados. O estudo sugere que o menor acesso pode ser devido à falta de conhecimento dos refugiados e dos migrantes sobre seus direitos, sugerindo a necessidade de continuar a fornecer informações e assistência para superar as barreiras linguísticas.

VIII. Necessidades Prioritárias

Quando perguntados sobre quais eram as suas necessidades e prioridades mais urgentes no mês anterior à pesquisa, 40% responderam **necessidades básicas para a sobrevivência de suas famílias** como comida, moradia, roupas, entre outros.

Além disso, 33% declararam que as suas necessidades prioritárias estão ligadas a oportunidades de emprego e outros serviços (Ex.: saúde, educação) - o que representa um aumento dessa necessidade em comparação com outros exercícios de monitoramento de proteção realizados pelo ACNUR e parceiros. Outra necessidade prioritária mencionada por 18% da população entrevistada é o acesso à documentação (orientação jurídica ou de proteção).



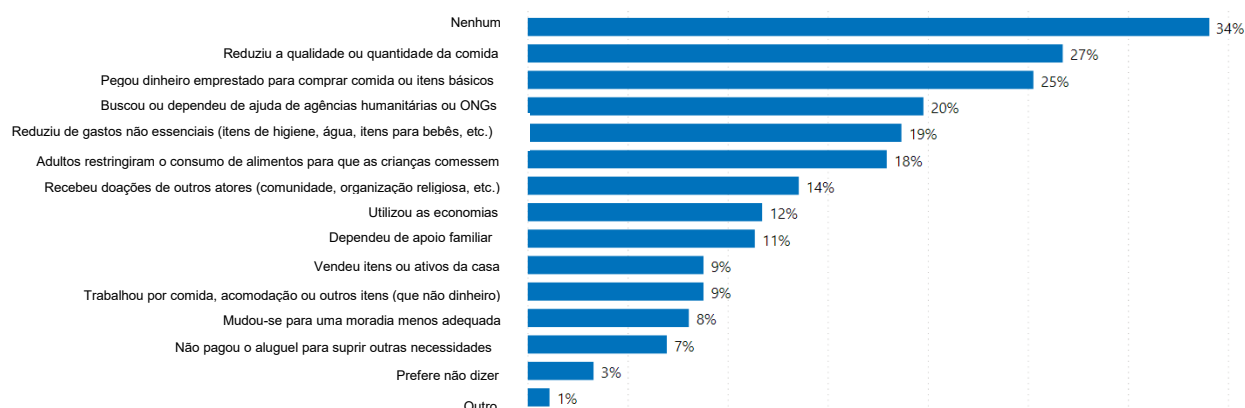
IX. Mecanismos de enfrentamento

O questionário também inquiriu se, nos três meses anteriores à coleta de dados, os membros da família haviam recorrido a mecanismos de enfrentamento para garantir as necessidades básicas dos seus familiares.

- 40% disseram ter **reduzido os alimentos ou a qualidade dos alimentos consumidos**

⁷ Ver Decreto 9.277/2018, disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2018/Decreto/D9277.htm

- 21% **limitaram o consumo alimentar** de adultos para que as crianças pudessem comer
- 21% informaram ter **contraído empréstimos**



X. Bem-estar

Um total de 273 grupos familiares foram consultados sobre o tema bem-estar e demonstraram indicadores positivos neste tema, assim como nas rodadas anteriores de monitoramento de proteção.

A maior parte da população entrevistada **considera a sua interação/relação com a população local positiva ou muito positiva** (80%) e diz se sentir segura na área/comunidade onde vive atualmente (72%).

No entanto, muitas pessoas relataram ter se sentido **solitárias ou socialmente isoladas** em algum momento de sua estadia no Brasil (45%). Além disso, 26% afirmaram já ter sofrido **discriminação**, indicando sua **nacionalidade** como motivação (93%).

XI. Planos para o futuro

- 45% responderam que planejam **ficar onde estão** quando perguntados se planejam se mudar ou mudar de residência no curto ou médio prazo.
- 40% responderam que **planejam mudar de local**. Destes, a maioria (86%) respondeu que planejava se mudar **para outras cidades no Brasil**, principalmente no Sul e no Sudeste.
- 10% relataram ter feito parte da estratégia interiorização. Até agosto de 2021, mais de 58 mil venezuelanos foram interiorizados, de acordo com o painel de monitoramento⁸.

CONTATOS

André Madureira,

Oficial de Proteção Assistente

Pedro Rocha,

Assistente de Gestão de Informação Sênior

Escritório de Brasília

brabim@unhcr.org

@ACNURBrasil

/ACNURPortugues

@acnurbrasil

/company/acnurportugues

acnur.org.br

⁸ Clique [aqui](#) para acessar o Painel de Interiorização.

Parceiros do ACNUR no Brasil:



O ACNUR Brasil agradece o apoio de todos os seus doadores incluindo:



Doadores privados do ACNUR Brasil:



O ACNUR Brasil agradece o grande apoio e parceria com todas as outras agências da ONU, autoridades brasileiras (a nível federal, estadual e municipal) e organizações da sociedade civil envolvidas na resposta de emergência e nos programas regulares da operação brasileira.